

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15440 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Leonardo Dias da Fonseca - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Tallyne Barros dos Santos - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Jamile da Silva Terço - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEAM

Este resumo apresenta os resultados parciais de projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Apoio a Iniciação Científica (PAIC) com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), e tem por finalidade o aprofundamento teórico no campo da história da educação e o mapeamento da produção historiográfica na área de educação na Província do Amazonas. Tendo como temáticas centrais as instituições educativas e assistenciais para a infância desvalida na segunda metade do século XIX.

Os hoje popularmente denominados orfanatos são instituições assistenciais que funcionam como abrigos destinados às crianças órfãs e/ou abandonadas por seus familiares, em situação de risco, quando vivem nas ruas, ou quando suas famílias já não garantem proteção e o zelo necessários para que cresçam em um ambiente saudável sendo encaminhadas pela justiça para serem abrigadas. Já no século XIX eram os denominados asilos^[1] orfanológicos que compunham as políticas assistenciais para a infância órfã, desvalida^[2] e pobre no Brasil Império e Primeira República. O Ato Adicional de 1834, descentralizou e destinou a organização e a regulamentação do ensino primário e secundário às províncias, obrigando os governos provinciais a criarem ações educativas.

O recorte justifica-se por ter sido na segunda metade do século XIX que a Província do Amazonas conquista sua autonomia, antes integrada à Província de Grão-Pará, e que o Estado Imperial implementou uma série de ações no âmbito legislativo com políticas de proteção social a partir da criação de instituições assistencialistas para a infância desvalida e de organização da instrução primária e secundária, no que se pode considerar como a constituição de uma rede de proteção estatal (Rizzini, 2004, p.159).

Acompanhando um movimento internacional de proteção à infância (Fernandes, 2000, p.90) e de políticas de instrução pública (Werle, 2008, p.174), o Império criou, para citar algumas das principais instituições da época, no município da Corte, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857) e o Asilo de Meninos Desvalidos (1874), além das muitas iniciativas das províncias imperiais, de criação de

instituições asilares (Rizzini, 2004, p.170; Marcílio, 2019).

Em relação ao problema da pesquisa, busca-se investigar quais foram as concepções educativas e assistenciais destinadas a uma infância órfã e pobre na Província do Amazonas e no período imperial brasileiro. Tendo como referência o contexto social da segunda metade do século XIX. Neste sentido, identificar e analisar as regras, as práticas educativas, as concepções acerca da educação para a infância, suas representações e, em específico, à das crianças desvalidas na sociedade amazonense da segunda metade do oitocentos. Analisando a trajetória institucional dos asilos orfanológicos, entendendo-os de acordo com o conceito de instituição total, seus atores e sujeitos que o compunham, sejam os asilados, como sujeitos institucionalizados, como também a equipe dirigente que traçavam e implementavam a rotina e a disciplina (Goffman, 2015).

Neste intento, arguiremos as fontes sobre as finalidades e os objetivos da criação dos asilos orfanológicos pelo Estado Imperial. Quais foram os aspectos e concepções da educação institucionalizada, pensada e planejada para atender à infância desvalida? Quais atores atuaram na administração das instituições em postos de liderança enquanto equipe dirigente e suas relações com o Governo Imperial? Tais perguntas auxiliam na construção de uma narrativa (Certeau, 1982) acerca da trajetória educativa-institucional dos asilos, buscando identificar as estratégias institucionais e as táticas dos sujeitos no confronto da rigidez institucional (Certeau, 2014, p.94).

Agentes do Estado Imperial tiveram papel proeminente na construção deste projeto (Velho, 1987), de construção de instituições de abrigo e educação da infância desvalida nas províncias. Interessa a este trabalho de pesquisa, investigar a criação e manutenção das instituições como processo de formação e consolidação do Estado Imperial, principalmente, a partir das relações políticas entre as equipes dirigentes e a classe política da Província do Amazonas (Goffman, 2015, p.69). Uma vez delimitado o espaço-tempo da pesquisa, este trabalho intenta, a partir de indícios (Ginzburg, 1989, p.143) e de questionamentos, “pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes não falam senão quando sabemos interroga-los”, refletir acerca das influências, advindas dos contextos dos oitocentos, de conceitos como infância, educação, progresso, civilidade e higienismo na sociedade amazonense no período delimitado.

Como resultados parciais a pesquisa vem fazendo o levantamento bibliográfico da temática, com destaque para os estudos realizados no contexto amazônico por Rizzini (2004) e Sampaio (2012), em que as autoras tratam, dentre outras questões, da institucionalização da infância. O mapeamento das instituições educativas e assistenciais está sendo realizado a partir de fontes como os relatórios da Presidência da Província do Amazonas e de reportagens nos periódicos que circulavam na província, na segunda metade do século XIX, tendo como ferramenta de busca o portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Por fim, constatou-se até aqui que o Amazonas estava inserido no debate sobre como proteger à infância desvalida e órfã. Os governos provinciais, como indicam a literatura sobre esta

temática (Fonseca, 2023), criaram, e/ou incentivaram, e subvencionaram instituições que promoviam educação e cuidado, através da internação.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 22^o ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FERNANDES, Rogério. Orientações Pedagógicas das “casas de asilo da infância desvalida” (1834-1840). In: *Cadernos de Pesquisas*. Ed. Autores Associados, Campinas, SP, n.109, p. 89-114, Março de 2000.

FONSECA, Leonardo Dias da. “Trindade sublime, filha, esposa e mãe”: o Asilo de Santa Leopoldina, educação e proteção a meninas e moças desvalidas em Niterói (1854-1883). Tese (Doutorado em Educação), 244f. – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd), Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2023.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução Dante Moreira Leite. – São Paulo: Perspectiva, 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 3. ed. - São Paulo: HUCITEC, 2019.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Tese de Doutorado), UFRJ/IFCS/PPGHIS. 2004.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Educação, trabalho e diversidade étnica: Educandos Artífices e Africanos livres na Amazônia, século XIX. In: Coelho, W. N. B. e Coelho, M. C. (Orgs). *Trajetórias 98 da diversidade na Educação: formação, patrimônio e identidade*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012, p. 19-50.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Tomo I, 2^o edição, Typographia Lacerdina, Lisboa, 1813.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1987.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Políticas de instrução pública no século XIX como eco de experiências internacionais*. In: Educação, Porto Alegre, v.31, n. 2, p.173-181, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2768> Acesso em 10/02/2020.

[1] Atualmente o termo asilo, além de uma categoria jurídica, nos remete a uma instituição de acolhida de idosos. Durante o período em que este estudo se concentra (Século XIX) o termo asilo também era utilizado para instituições que abrigavam crianças órfãs e desvalidas (Silva, 1813, p.203).

[2] Segundo consulta ao dicionário da língua portuguesa do século XIX, desvalido é aquele que não tem valimento

para com alguém; que não tem homem, pessoa que o proteja, e lhe valha. “DESVALIMENTO , s. m. Desvalia , falta de valimento , desgraça , desprivaça” (Silva, 1813, p.606).

[3] Link: <https://www.crl.edu/>

[4] Link: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>